

Na conversão, o crescimento

A conversão de dívida externa em capital de risco deve ser entendida pelo Brasil como um meio de fazer crescer a economia e não de reduzir a dívida externa. Os recursos provenientes da conversão precisam ser encaminhados para investimentos produtivos e, de preferência, no setor privado da economia. Ao governo do país receptor da conversão, cabe estimular o mercado privado de capitais e definir um programa de privatização. Por seu lado, os bancos credores buscam essencialmente liquidez para seus ativos, regras de repatriamento de recursos claras e retorno para suas operações.

Esses foram os principais pontos da palestra proferida ontem em São Paulo por Lee Cutrone Jr., vice-presidente senior do Pittsburgh National Bank, durante almoço realizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil. Cutrone salientou que, por ocasião da conversão, seria interessante para o devedor aumentar a emissão de ações, tanto ordinárias como preferenciais, embora o credor aprecie mais este último tipo. No Brasil, a subsidiária do Pittsburgh, que é um conglomerado de vários bancos, realizou uma única operação de conversão de dívida, de US\$ 2 milhões, em 1982. O banco não pertence ao comitê de assessoramento que renegocia a dívida externa brasileira, mas segue suas recomendações. Cutrone considera que a renegociação tem cami-

nhado de maneira positiva. Ele salientou que, mesmo com a moratória, o Pittsburgh não cortou recursos emprestados ao Brasil, sendo que 40% estão concentrados no financiamento de curto prazo ao comércio exterior. Mas acrescentou que preferiria ver o Brasil fazer um acordo com o FMI.

Cutrone considera que, no Exterior, o dólar continuará a ostentar um valor baixo e que a economia norte-americana poderá enfrentar uma "suave recessão" em 1988 e 1989. "Estou cético quanto aos cortes que o presidente Reagan pode decretar nos gastos sociais para reduzir o déficit público. E o mais importante são os cortes na área militar. De qualquer modo, a possibilidade de que os impostos sejam aumentados não deve ser descartada."

RENEGOCIAÇÃO

Durante o almoço, o vice-presidente do Banco de Tóquio, Takanori Suzuki, disse que o acordo de renegociação da dívida brasileira pode ser fechado nos próximos dois dias. A seu ver, os japoneses estão caracterizando esse acordo como a concessão de um empréstimo-ponte, embora receiosos "porque não sabem o que há do outro lado da ponte". Takanori disse que o maior problema agora na negociação é a definição do **spread** sobre o dinheiro que o Brasil depositaria no BIS, pois este paga apenas o equivalente a **Libor**, o que os bancos julgam insuficiente.